



**TERMO ADITIVO / PR3 - 008/2009 AO
CONTRATO CT-PROINFA/PCH - 003/2004
CELEBRADO ENTRE CENTRAIS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS - ELETROBRÁS E PORTO
FRANCO ENERGÉTICA S.A. (PRODUTOR
INDEPENDENTE AUTÔNOMO)**

15

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação n.º 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **PORTO FRANCO ENERGÉTICA S.A.**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Estrada Municipal Dianópolis / Boa Sorte km 25 - Zona Rural, no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 06.091.966/0001-68 e no Cadastro Fiscal do Estado do Tocantins sob o n.º 29.375.712-7, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

CONSIDERANDO QUE :

I – que a ELETROBRÁS, através do inciso I, do art. 3º, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pela Lei nº 11.075, de 30 de dezembro de 2004, e regulamentada pelo Decreto n.º 5.025, de 30 de março de 2004, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, por meio das Portarias n.º 45, de 30 de março de 2004 e n.º 452, de 28 de setembro de 2005, foi designada a celebrar, numa primeira etapa do Programa, Contratos de Compra e Venda de Energia – CCVEs referentes à compra da energia a ser produzida por 3.300 MW de capacidade a ser distribuída igualmente em instalações de produção, com início de operação previsto entre os anos de 2006 e 2008, de fontes eólicas, biomassa e PCHs. Estes CCVEs têm o prazo de duração de 20 (vinte) anos a partir da data de entrada em operação definida em cada CCVE;

II - Em 30 de junho de 2004, a ELETROBRÁS e o PRODUTOR firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004, empreendimento **PCH PORTO FRANCO**, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 009/2005 de 13 de janeiro de 2005;

III - A ELETROBRÁS foi autorizada, pela Portaria do MME nº 452 de 28 de setembro de 2005, a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica para até 30 de dezembro de 2008, desde que observadas as características e peculiaridades de cada um dos contratos e sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que a critério da ELETROBRÁS se fizerem necessários;

IV - Diversos empreendedores solicitaram postergação de suas Datas Planejadas de Operação Comercial para além de 30 de dezembro de 2008, alegando Motivos de Força Maior ou Caso Fortuito, de natureza específica de cada empreendimento;



V - Em virtude do acima exposto e não obstante os esforços empreendidos pela Eletrobrás e pelo MME, várias instalações de geração do PROINFA não entraram em operação até 30/12/2008;

VI - Com o objetivo de avaliar criteriosamente as solicitações de caso fortuito ou força maior, a Eletrobrás prorrogou a validade dos contratos, através de termos aditivos, em uma primeira etapa para 28/02/2009, em um segundo momento para 31/05/2009 e, em um terceiro momento, para 30/11/2009, condicionada a validade da prorrogação aos resultados das análises das alegações de caso fortuito ou força maior;

VII - Em 22 de dezembro de 2008, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Termo Aditivo PV- PROINFA / 004/2008, tendo por escopo a prorrogação do prazo de validade do CCVE já referido, até a data de 28 de fevereiro de 2009;

VIII - Em 26 de fevereiro de 2009, em virtude do exposto, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Termo Aditivo PV2- PROINFA / 006/2009, tendo por escopo a prorrogação do prazo de validade do CCVE já referido, até a data de 31 de maio de 2009;

IX - Em 29 de maio de 2009, em virtude do exposto, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Termo Aditivo PV3- PROINFA / 007/2009, tendo por escopo a prorrogação do prazo de validade do CCVE já referido, até a data de 30 de novembro de 2009;

X - Em 29/05/2009, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº. 11.943, de 28 de maio de 2009, cujo artigo 21 alterou parcialmente a redação do inciso I, do artigo 3º da Lei nº 10.438/2002, estabelecendo que a data prevista para início de funcionamento das instalações de geração de energia elétrica contratadas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, fica prorrogada para até 30 de dezembro de 2010;

XI - Em 05/06/2009 o MME, através do Departamento de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, encaminhou o Ofício nº. 67/2009/SPE/MME, de 05/06/2009, no qual consta entendimento no sentido de que a nova redação autorizou a **ELETROBRÁS** a tomar providências para que os contratos no âmbito do PROINFA sejam aditados levando em consideração a nova Data Planejada de Operação Comercial;

XII - O **PRODUTOR** informou à **ELETROBRÁS** a nova DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, em conformidade com a regulamentação da ANEEL;

XIII - O PROINFA é um Programa estratégico no tocante à diversificação da Matriz Energética Brasileira (aumento da segurança energética), à preservação ambiental e ao desenvolvimento tecnológico (ampliação da indústria nacional);

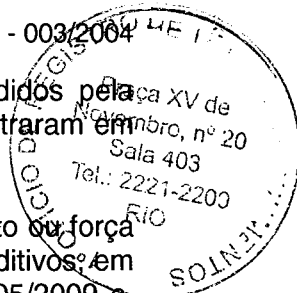
XIV - O PROINFA consiste em um programa de incentivos ao setor, de relevância social, haja vista o interesse nacional na produção de energia elétrica e na proteção ao meio-ambiente;

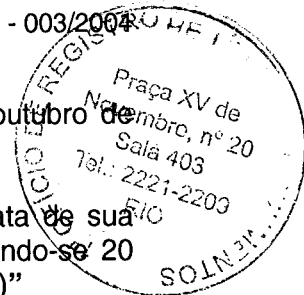
XV - O modelo do presente TERMO ADITIVO foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva - RES 526/2009 de 10 de junho de 2009;

As PARTES resolvem de comum acordo firmar o presente aditivo que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira:

As Cláusulas do CONTRATO passam a vigorar com a seguinte redação:





I. “CLÁUSULA 1ª – (...)”

19) “**DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL**”: 15 de outubro de 2009, informado pelo PRODUTOR; (...)”

II. “**CLÁUSULA 5ª** – O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 14 de outubro de 2029, data esta calculada somando-se 20 (vinte) anos à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL. (...)”

III. “**CLÁUSULA 16** – (...)”

- c) atraso na DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL superior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, ou caso a **PCH PORTO FRANCO** não entre em operação, com a totalidade de suas unidades geradoras até 30 de dezembro de 2010, o que ocorrer primeiro; (...);
- o) não apresentação por parte do PRODUTOR, num prazo máximo de 70 (setenta) dias após a assinatura do CONTRATO, do PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO que garanta o seu acesso à REDE DE DISTRIBUIÇÃO/TRANSMISSÃO até a data limite de 30 de dezembro de 2010; (...)
- p) não apresentação do CUST e/ou CUSD por parte do PRODUTOR, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a entrega do PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO, que garanta o seu acesso à REDE DE TRANSMISSÃO e/ou DISTRIBUIÇÃO até 30 de dezembro de 2010”.

IV. “**CLÁUSULA 17** – (...)”

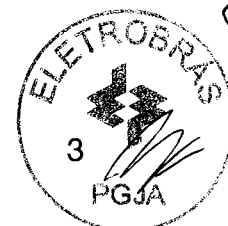
PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 90 (noventa) dias, o PRODUTOR deverá pagar à ELETROBRÁS, a título de multa, o valor correspondente à ENERGIA CONTRATADA, calculada *pro rata tempore*, valorada pelo preço definido na CLÁUSULA 10, com a aplicação do índice de atualização estabelecido na CLÁUSULA 12, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL até a efetiva entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL da **PCH PORTO FRANCO**, observada a data limite de 30 de dezembro de 2010. (...)

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 180 (cento e oitenta) dias, além da multa prevista no PARÁGRAFO TERCEIRO desta CLÁUSULA, o PRODUTOR está sujeito à rescisão contratual e à penalidade prevista na CLÁUSULA 16, PARÁGRAFO QUINTO do CONTRATO CT-PROINFA/ PCH - 003/2004.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o atraso da DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL em relação à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL for devido a condições impostas no PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO, o PRODUTOR não se sujeitará à aplicação das penalidades descritas nos PARÁGRAFOS desta CLÁUSULA, desde que este atraso não ultrapasse a data de 30 de dezembro de 2010.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Em qualquer hipótese a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL não poderá ocorrer após 30 de dezembro de 2010.”

VI. “**CLÁUSULA 22** – (...)”





- b) assinar o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO com o PRODUTOR e/ou o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO com a CONCESSIONÁRIA ou PERMISSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO, respeitando os prazos definidos na CLÁUSULA 16, alínea “p”; (...)”

VII. “CLÁUSULA 23 - (...)”

- h) apresentar à ELETROBRÁS, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a entrega do PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO referido na alínea “g”, o CUST e/ou CUSD que garanta(m) o acesso do PRODUTOR à REDE DE TRANSMISSÃO/DISTRIBUIÇÃO até 30 de dezembro de 2010; (...).

Cláusula Segunda:

O PRODUTOR deverá apresentar em até 90 dias após a assinatura deste TERMO ADITIVO, os seguintes documentos integrantes dos anexos estabelecidos na CLÁUSULA 2ª do CONTRATO CT-PROINFA/ PCH - 003/2004:

- a) Ato Autorizativo expedido pela ANEEL com o novo cronograma já anteriormente aprovado pela ELETROBRÁS e protocolado na ANEEL;
- b) CUST e/ou CUSD com as devidas alterações com referência à DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL da usina.

Cláusula Terceira:

A fim de garantir o pagamento da multa prevista no parágrafo terceiro da CLÁUSULA 17, o PRODUTOR vincula e cede em garantia, em favor da ELETROBRÁS, em caráter irrevogável e irretratável, com validade até a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL do empreendimento, no montante de 5% do valor total do CONTRATO, uma das seguintes garantias:

I – Fiança bancária, preferencialmente conforme “Modelo A” do Anexo I deste TERMO ADITIVO; caso seja utilizado modelo padronizado pelo Banco, nele deverão ser inseridas, preferencialmente, as condições e determinações constantes do “Modelo A”, do Anexo I deste TERMO ADITIVO;

II – Seguro garantia, conforme a Circular SUSEP Nº 232, de 3 de junho de 2003, observadas as informações explicitadas no “Modelo B”, do Anexo I, deste TERMO ADITIVO.

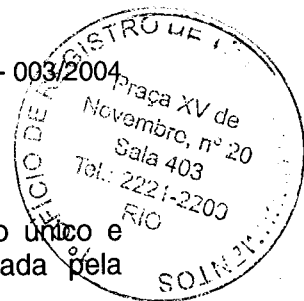
Parágrafo Primeiro – O PRODUTOR deverá prestar a garantia mencionada nos itens I ou II desta cláusula em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo, sob pena de perda da eficácia deste TERMO ADITIVO e da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

Parágrafo Segundo – Se o empreendimento entrar em operação comercial até DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a ELETROBRÁS liberará a totalidade da garantia real prevista no *caput* desta cláusula. Caso ocorra atraso, a Eletrobrás liberará apenas a parte não executada da garantia, de acordo com o PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA 17.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





Cláusula Quarta:

É também parte integrante deste TERMO ADITIVO, constituindo um todo único e indissociável, a proposta de cronograma para aditivo contratual aprovada pela ELETROBRÁS.

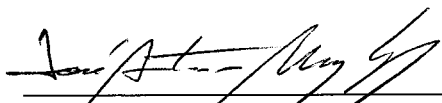
Cláusula Quinta:

As partes, desde já, ratificam todos os termos e condições do CONTRATO não expressamente modificados pelo presente TERMO ADITIVO ou que com ele conflitem. Este TERMO ADITIVO constitui parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2009.

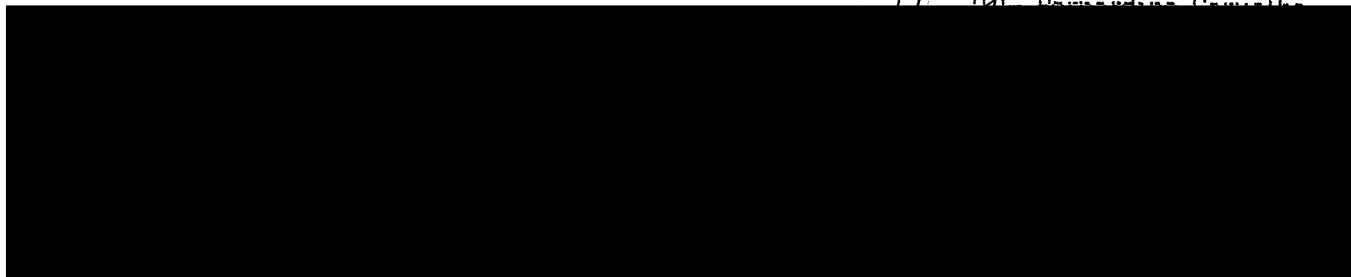
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS


José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

PORTO FRANCO ENERGÉTICA S.A.


EDGARD CREMA
 Diretor

TESTEMUNHAS



1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
Diretor
 Valter Luiz Cardeiro de Souza
 Diretor de Planejamento e Engenharia
 APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
 E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No.
1716583

Rio de Janeiro, 29/06/2010

[I]- Geraldo Calmon Costa Jr.
 Matr 06/0897 - Oficial Titular
 [II]- Kleber Calmon Hirdes
 ICTPS 93043/128 - 1o. Of. Subst.
 [III]- Carlos de Souza
 ICTPS 78596/095 - 2o. Of. Subst.
 [IV]- Ramonir de Carvalho



179 OFICIO DE NOTAS - Tabeliao Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço
por semelhança as firmas de: VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, EDGARD
CREMA e JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES

Cod: 086937E71671

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2009. Conf. por:

Em testemunho da verdade.

Renata Martinez Ferreira - Autorizado

Serventia	: 11.04
30% TJ+FUNDOS	: 3.27
Total	: 14.31

